

**HABEAS CORPUS Nº 493.582 - SC (2019/0043717-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**JULIANA BRAIDOTI RODRIGUES - SP350134**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : JOSE DALVINO DE OLIVEIRA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSE DALVINO DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA no julgamento da Apelação n. 0014524-13.2015.8.24.0008.

Alega a impetrante, em síntese, que a dosimetria da pena imposta ao paciente contém vícios sanáveis pela via eleita.

Sustenta que deve ser readequada a pena aplicada ao acusado, de modo que essa substituição seja exclusivamente por multa e não pela restritiva de direitos, conforme determinado pelo Juízo de primeiro grau, defendendo também a ausência de fundamentação válida na sentença e no acórdão objurgado.

Defende, ainda, a ilegalidade na execução provisória da pena restritiva de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão da execução provisória da pena e a substituição da reprimenda por multa, por ser mais favorável ao paciente.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Na hipótese em comento, entretanto, em um juízo perfunctório próprio desta fase procedimental, verifica-se a plausibilidade jurídica do direito invocado, necessária à concessão da medida sumária no tocante à suspensão da execução provisória da pena restritiva de direitos.

Embora o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 121.292 e das medidas cautelares requeridas nas ADCs 43 e 44, tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, esta Corte Superior de Justiça tem se posicionado no sentido de que tal possibilidade não se estende às penas restritivas de direitos, tendo em vista a norma contida no artigo 147 da Lei de Execução Penal, que preceitua:

*Art. 147. Transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o Juiz da execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares.*

Nesse sentido:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRAFICO DE DROGAS. PENA INFERIOR A QUATRO ANOS. RÉU PRIMÁRIO E CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. QUANTIDADE DA DROGA NÃO EXPRESSIVA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.*

*IMPOSSIBILIDADE.*

*(...)*

*2. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a possibilidade da execução provisória da pena, tratou apenas da execução provisória da pena em caso de pena privativa de liberdade, não autorizando para as penas restritivas de direito.*

*3. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no REsp 1622395/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 05/12/2016)*

Entretanto, os requisitos para a pretendida substituição da pena privativa de liberdade por apenas pena de multa será analisada por ocasião do julgamento do mérito da impetração.

Ante o exposto, **defere-se** parcialmente a liminar para suspender a determinação de imediata execução da pena restritiva de direitos imposta a JOSE DALVINO DE OLIVEIRA, até o julgamento do mérito do presente *writ*.

Comunique-se, com urgência, o Tribunal de origem e o Juízo singular, solicitando-lhes as informações necessárias ao deslinde da questão, em especial, após o deferimento da cautela de urgência.

Com as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI  
Relator